Ata de Reunião do Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos do IMPAR.

Ás **08 horas do dia 13 de Novembro de 2024**, convocados antecipadamente pelo OF nº 13 / 2024, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína para tratar sobre a seguinte pauta**: 1- Apresentação e aprovação da política de investimentos para o ano de 2025; 2- Apresentação dos Investimentos fechamento mês de Outubro de 2024;** Estavam presentes o Representante legal do IMPAR, Sr. Carlos Murad, Sr. Osanan Moura dos Santos - Secretário Executivo Administrativo, Sr. João Pedro Miranda dos Reis – Secretário Executivo Financeiro, Conselheiros Deliberativos Titulares: Sra. Monike da Silva Oliveira; Sra. Maria Aparecida da S. P. Pinho; Sr. Gilson Cutrim Ferreira; Sr. Manoel Fabiano de O. Ricarte. Comitê de Investimentos: Keslon Borges Rocha. A reunião iniciou com o presidente do Instituto Sr. Carlos Murad cumprimentando a todos, passando a palavra Felipe que apresentará a política de investimentos para o ano 2025. Felipe explica que a DPIN esse ano está com um formato diferente. Sempre entregava um caderno impresso, porém, atualmente os cadernos são digitais, com mesma validade e legitimidade que o impresso. Sobre a DPIN semelhante ao ano passado (2023) tanto no caderno quanto na resolução é uma sugestão da consultoria para caso haja algum ponto que queiram debater, discutir, alterar, a reunião deste momento servirá para isso. A política de investimentos está de acordo a Portaria do Ministério da Previdência 1467. Tanto na aprovação da DPIN quanto em relação ao cenário econômico a meta para 2025 teve um pequeno aumento para IPCA + 5.47%. No caderno explica um pouco sobre a estrutura da gestão, política econômica e as estratégias de alocação, quais as classificações de acordo a 4963, controle de risco, critérios de aplicação de resgate, precificação de ativos – como devem ser feitos, vedações etc. Fazendo uma breve retrospectiva no ano de 2024 e apresentando o cenário econômico atual para o ano de 2025, constatamos que a política de investimentos não pode ficar engessada. Esperava-se uma Selic de 8.5%, agora a expectativa está próxima dos 12%, a política de investimentos tem a flexibilidade de acompanhar essas mudanças. Para o mercado externo o ponto de destaque é que a inflação que veio nos anos anteriores foram bastantes elevados, o banco central elevou a taxa de juros e a inflação veio convergindo com a meta, também no banco central iniciou-se o ciclo de afrouxamento europeu na Inglaterra e o destaque para a economia chinesa que vem enfrentando algumas dificuldades para atingir a meta de crescimento de 5% ano. No mercado interno o banco central encerrou o ciclo de corte de

juros, apenas no final do ano passado a expectativa seria superar o esperado de 13.35%, porém, em maio ficou parada em 10.5%. Para o início de 2026 a expectativa de inflação é superar o teto da meta da inflação de 4.5%. Na reunião do COPOM iniciou-se com um aumento da taxa de juros, o primeiro foi de 0.25% e o ultimo em 1.5%, tendo-se uma preocupação com o resultado fiscal, para esse ano a expectativa de 0% com margem para 0.25 percentuais do PIB, sendo que o mercado preocupa-se com esse resultado fiscal, e muitos agentes pressionando para o cumprimento da meta. Pensando em um cenário positivo para o ano de 2025, o ponto seria a convergência dos indicadores de inflação no Brasil, expectativas ancoradas no ano. Juros sobem para controlar a inflação. O cenário positivo é que esse aumento na taxa de juros começa a refletir a expectativa de inflação e convergir para alíquota na meta de 13% abrindo margem para encerrar o ciclo de juros e a depender do caso e dos resultados dependerá de quando iniciará e encerará o corte de juros. Resumidamente: no cenário positivo seria o momento da alta de juros concentrado em CDI, podendo alongar os vencimentos da carteira, não necessitando ficar na parte conservadora da carteira a exemplo do IRFM1 e CDI, mas começar a alocar em indicadores de inflação um pouco mais longa e a depender do cenário, em renda variável. Para o cenário negativo seria ao contrário. Inflação desancorada, tempo mais longo que o esperado, na última reunião teve um aumento de 1.5% na Selic e a expectativa de mercado seria um aumento de 0.75% para a próxima reunião do COPOM. Então juros não se sabe ao certo até onde vai. Caso esses ativos permaneçam desancorados, o ideal seria permanecer em investimentos conservadores, ou seja, ativos atrelados ao CDI. Para 2025 a meta: (IPCA + 5.47%) e a meta de inflação é de 3%, considerando que atingiria essa meta de inflação, a meta atuarial seria 8.63%. No boletim Focos, o mercado tem expectativa de inflação para o ano que vem de 3.07% acima da meta, daí o resultado da meta de 9.37% para o ano que vem. A carteira é subdividida em: Renda fixa, renda variável e investimentos no exterior. Em renda fixa a consultoria pegou o indicador da Ambima que é o IMA geral, indicador consolidado em títulos públicos, tanto pós fixado, quanto pré-fixados em títulos públicos na carteira de todos os títulos públicos. Em renda variável pegou o indicador que é o Ibovespa. Em investimentos do exterior pegou um índice de BDR, normalmente em alocação do exterior. O Brasil tem um segundo ganho real do mundo, perdendo apenas para a Rússia, porém, eles estão em guerra, por isso a renda fixa está bastante incerta, por isso é preferível alocações em renda variável. Pegando os índices é possível dividir em dois cenários. No cenário 1 pegou o que se

chama de janela óptica que é o prazo mais antigo desses três indicadores disponíveis no sistema utilizado. No cenário 01 pegou de 2010 a 2024, ou seja, 14 anos para ter o que esperar desses indicadores, tanto um mínimo acumulado de 1 ano, quanto em renda fixa, variável e no exterior, e uma média de retorno ao longo desses 14 anos e o máximo de retorno ao longo do período. No cenário 02 a ideia foi tentar pegar um cenário semelhante no contexto econômico atual, em alta de juros. Prazo da última alta de juros, quando a Selic saiu em 9.25% e atingiu até 13.75% em uma janela de 2021 a 2023. Em um mínimo e máximo considerando a carteira sugerida de acordo a resolução com grande percentual em renda fixa, pequeno percentual e renda variável e no exterior. Nessa composição da carteira no cenário 01 – 14 anos, que é o mais longo temos um intervalo de resultado consolidado de 4% a 26,49%, uma média de 10.81%. No cenário 02 com alta de juros, o mínimo de rentabilidade 6.79% e o máximo 3.33%, uma média de 10.37%. Em relação aos percentuais da resolução: foram colocados algo semelhante ao que já está até pensando nas realocações sugeridas e possíveis de fazer. Em relação ao título público direto foi colocado um alvo de 20%. João P. fala que nas reuniões passadas se falou em IMA-B e IDKA que seriam realocados em torno de 60 milhões. Fabiano pede um comparativo de como está e como vai ficar, e se de fato é possível fazer alterações. Felipe explica que o alvo próximo ou semelhante seria pensando em realocações, próximo a carteira do Instituto, aderente a estratégia utilizada pelo IMPAR. Os limites foram colocados para que tenha flexibilidade de mudanças para caso seja feita. Em alguns artigos tem produtos que não são disponibilizados pelo mercado que no percentual alvo e no percentual máximo foi zerado. Felipe sugere que se tiver algum artigo que ele tenha zerado, mas o conselho queira investir pode acrescentar esse percentual no alvo. Nos títulos públicos o alvo ficou em 20%, mas não necessariamente é obrigado investir tudo, como foi falado bastante em investimentos em títulos públicos, colocou-se o máximo de acordo a resolução. No Art. 7º, I, B, colocou um alvo de 26%, o mínimo foi diminuído ficando em 20%. A sugestão já que o IMPAR estava tendencioso a alocar em título público diretamente principalmente com as taxas bem atrativas, se esse percentual foi aumentando a concentração em CDI, em CDI ele se enquadra no 7º, I, B, mas normalmente tem melhor resultado na parte do 7º, III, A. Então pensando em aproveitar a alocação em títulos públicos e nos fundos de CDI, foi reduzido esse percentual do I, B. No Art. 7º, III, A, com o aumento da alta de juros e os investimentos em CDI, a tendencia é permanecer enquanto o cenário não mudar com essa alocação, e o alvo em 38%. Nos

artigos financeiros de emissão bancaria, Art. 7, IV, alvo de 8% próximo ao que se tem na carteira atualmente, e o máximo próximo da resolução. Nos fundos de credito privado foi feita uma alocação recentemente no Bradesco, com mínimo de 1% e máximo de acordo a resolução. Debentures incentivadas é um tipo de fundo pouco utilizado, sendo aquelas que não tem tributação, como o RPPS já não paga imposto, geralmente não são fundos voltados para RPPS, por isso, alvo e máximo zerado. Esclareceu que na resolução 4963 não possui nenhum limite de concentração por emissor. A maior concentração em letras financeiras que o Impar tem é o BDG, que está próxima de 5%. Na parte de renda variável, Art. 8º, foi colocado um alvo de 20%, limite da resolução 30%. Os ETR´s são fundos de investimentos passivos, taxa de administração menor que os fundos abertos, sendo um produto interessante. Nos Art. 9º I, e II – alocação em renda fixa no exterior - foi colocado um alvo e máximo zerado até por uma questão de disponibilidade de produtos, pois, nos fundos de investimentos, a secretária da previdência faz o enquadramento do fundo, e na lista de enquadramento dos fundos há apenas um fundo com esta característica, então como não tem muitos produtos neste artigo, o alvo e o máximo ficaram zerados. No Art. 10º - investimentos estruturados, que são fundos multimercado a exemplo do S&P500 – Juros e Moedas que são bastante utilizados colocou um alvo de 3% e o máximo de acordo o limite da resolução. No Art. 10º, II – fundo de ações e mercado de acesso são investimentos um pouco mais arrojados, pouco utilizado, alvo e máximo zerado. Nos Fundos imobiliários alvo e máximo zerado. O Empréstimo Consignado alvo e máximo zerados. Os limites são sugestões da consultoria, caso tenha algum artigo que queira alterar este é o momento. Fabiano acha interessante colocar algum percentual em empréstimo consignado caso o Instituto após estudo tenha interesse em fazer esses empréstimos. Gilson pergunta se a Política de Investimentos depois de aprovada pode ser alterada. Felipe responde que ela pode sim ser alterada, mas tem de aprovar uma justificativa por meio do Conselho e acredita que seja relativamente fácil tendo em vista que o Conselho se reúne mensalmente. Ressalta que o empréstimo consignado não é um investimento livre de risco. Fabiano relata que na proposta apresentada, a empresa prestadora do serviço contrata um seguro para o instituto em caso de óbito do segurado, o que é diferente do seguro prestamista. De comum acordo, os conselheiros concordaram em colocar um percentual em empréstimo consignado para demostrar que o Instituto tem interesse, e evitar a necessidade de alterar a Política de Investimentos nesse quesito. Monike pede que seja constado em ata que ela irá se abster de votar porque essa política

de investimentos, deveria ter sido apreciada pelo comitê de investimentos, por diversas ocasiões foi solicitado reunião do comitê justamente para discutir, analisar a carteira, analisar tudo. Monike agradece a apresentação de Felipe, acredita que essa mesma apresentação deveria ter sido realizada no comitê de investimentos, não tirando a possibilidade de ser também apresentada no Conselho, mas por uma questão de sequência dos atos, a política de investimentos deveria ter sido apreciada primeiro no comitê. João Pedro justifica que era para ter sido passada desde o mês passado, porém, não estava pronta. Felipe explica que essa reunião é para discursão e apresentação, a política de investimentos pode ser enviada até o dia 31 de dezembro de 2024. Não necessariamente a aprovação precisa ser hoje, pois, ainda tem uma reunião marcada para o dia 18 de dezembro. Monike diz que apresentaram um oficio exclusivo do conselho deliberativo, excluindo o comitê, diz não entender o porquê, pois todas as outras vezes a reunião do comitê e do conselho era conjunta e hoje foi apenas para Conselho Deliberativo para poder aprovar. Carlos justifica que foi apenas na hora de colocar no oficio que o sr. Osanan fez que houve o erro, mas a intenção é que todos estivessem presentes – tanto comitê quanto conselho deliberativo, tanto que nesta reunião todos os membros estão presentes. Felipe esclarece que o ideal é a política de investimentos seja construída entre o gestor e o comitê, e deve ser aprovada pelo Conselho. Fabiano sugere marcar uma reunião do comitê de investimentos, assim podem discutir, analisar como o mercado está agindo, até por conta das eleições dos EUA, cenário de renda fixa. Acredita que poderia marcar essa reunião para avaliar todos os apontamentos aqui feitos e na próxima reunião do conselho deliberativo é apresentado a recomendação do comitê com sugestão de alterações ou não. Monike diz que quer que ser registre a fala de que ela faz as coisas de acordo com o que recebe, o oficio solicitava a reunião para apreciação e aprovação da Política de Investimentos, por isso ressalta a necessidade da reunião prévia do comitê de investimentos; diz que depois quando vierem as auditorias abrem-se os questionamentos se foi feita ou não reunião, de um lado afirmando que foi feita reunião, mas não tem nada registrado. Osanan diz que as coisas estão sendo registradas e não são contra a discussão da política de investimentos. Monike diz que está sendo registradas porque ela está pedindo; diz que quer que tudo seja documentado, inclusive que a convocação da reunião do comitê seja por ofício; ressalta que várias vezes fez solicitações que não foram atendidas, como por exemplo a reunião em separado do comitê de investimentos, solicitado por ela, pelo Allen, pelo Fabiano e não foram atendidos. Passando a segunda

pauta, no Relatório de Investimentos das aplicações financeiras do mês outubro do ano de 2024, Felipe explana que o IMPAR finalizou o mês com patrimônio líquido de R$ 301.519.604,34 (trezentos e um milhões quinhentos e dezenove mil e seiscentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), que representa um crescimento de 15,72% (quinze vírgula setenta e dois por cento) no ano. A carteira de investimentos atingiu em outubro a rentabilidade positiva de 0,73% (zero vírgula setenta e três por cento) equivalente a um ganho de R$ 2.186.728,00 (dois milhões cento e oitenta e seis mil e setecentos e vinte e oito reais). No acumulado, a rentabilidade da carteira no ano está, até o momento, em 7,98% (sete vírgula noventa e oito por cento), representando um ganho de R$ 21.562.161,21 (vinte e um milhões quinhentos e sessenta e dois mil e cento e sessenta e um reais e vinte e um centavos), enquanto a meta atuarial (IPCA + 5,10%) acumulada é de 8,28% (oito vírgula vinte e oito por cento). Felipe fez uma explanação sobre o cenário econômico nos EUA. Em relação ao cenário econômico no Brasil, as discussões giraram em torno do cenário fiscal e suas implicações. A possibilidade de um reforço no arcabouço fiscal foi analisada em meio a preocupações com o aumento do risco peculiar, que tem impactado a taxa de câmbio e as perspectivas inflacionárias. O país enfrenta um choque inflacionário exacerbado por uma seca prolongada e incêndios, afetando colheitas e elevando o custo dos alimentos, com destaque para a carne. A energia também sofreu ajustes de preços devido às condições climáticas. A necessidade de desacelerar a economia para controlar a inflação e reforçar a credibilidade fiscal por meio de ajustes no orçamento foi ressaltada como essencial para garantir uma trajetória de gastos sustentável. A Selic está com expectativa de acordo o boletim focos em 11.75%. Na inflação o mercado para 2024 espera um resultado IPCA acumulado de 4.62% acima da meta, e para 2025 acumula 10%. Monike pergunta: em reunião passada foi discutido sobre a aplicação em títulos públicos, foi realizada essa aplicação? Felipe e João Pedro responde que não, pois, ainda estão aguardando a abertura da conta custódia. Felipe continua sua fala e diz que em renda fixa o percentual é de 93.87%; Renda Variável em 3.67% e estruturados em 2.46%. A distribuição por indicador se dar assim: CDI- 55,83%; IDKA IPCA2A- 17,07%; TÍTULOS (público e privados) - 9,10%; IRF-M1- 14,49%; IPCA- 4,40%; IBOVESPA- 3,67%; IMA-B- 2.99%; 125%do CDI- 1,46%; S&P500- 0,99%. De acordo a política de investimentos os títulos públicos diretamente do Art. 7º, I, A com R$ 2.203.456,60, o Art. 7º, I, B com R$ 140.300.477,67, no 7º, III, A, com R$ 114.260.330,69, os ativos bancários com R$ 25.233.241,07, os créditos privados com R$

1.032.693,12, nos fundos de ações representa R$ 11.078.791,81 e por último os multimercados R$ 7.408.059,73. Sobre as realocações, João Pedro diz que no relatório consta em torno de 60 milhões para alocações. Felipe diz que estando todos os conselheiros de acordo, devem fazer uma votação deixando bem claro os valores, quais os vencimentos e percentual da carteira que fará as alocações. A sugestão é que zere IDKA e IMA-B, visto que a intenção seja alocar em título público atrelado a inflação, e esses fundos também são atrelados a inflação, o IMA-B com vencimento mais longo, com a alta de juros, ele tende a sofrer sendo mais volátil, nesse mês de outubro a rentabilidade foi negativa, nesse contexto está reduzindo a exposição. Em uma carteira recomendada é ideal seria fundos de inflação curta, a exemplo do IDKA IPCA, IMA-B5, fundos vértices, e os títulos públicos com vencimento mais curtos, que tem volatilidade e risco semelhante. Nesses fundos de inflação curta, será alocado em torno de 15% a 20%. Monike questiona se na reunião anterior já não havia sido decidido alocar, pois havia lido uma ata anterior aprovando a realização de cotação com data, hora e em um percentual acima de 6%, baseado em um relatório que faltava só atualizar as informações. Felipe disse que não se recorda se foi aprovada o vencimento do título, mas que reforça que não foi feita a aplicação por causa da conta custódia. Monike sugere que se registre na ata desta reunião as aprovações dos investimentos de maneira completa. Fabiano diz que tem duas colocações que gostaria de questionar; a 1ª é em relação aos parcelamentos do servidores que ganharam ações na justiça, se o IMPAR requisitou ao município a parte Patronal e a parte do Servidor, que já foi discutido em reuniões passadas, se não foi requisitado pelo IMPAR que na próxima reunião apresentasse algum questionamento ou algo em relação a isso, pois a cada mês que passando vai perdendo (dinheiro) que ficou para trás, que a cada mês que passa vai pagando um mês de salário com base em salário de contribuição que não contribuiu; solicitou que na próxima reunião fosse apresentado um estudo sobre isso. João Pedro sugere um levantamento com as contribuições que porventura não tenham sido repassadas. Fabiano diz que sua outra colocação diz respeito ao Pró-Gestão no quesito capacitação, que gostaria que fosse apreciada em uma próxima reunião, é uma sugestão de pós-graduação dos membros na área específica de Regimes Próprios; e que a partir de janeiro quando houver os eventos e o Instituto for participar que seja divulgado com antecedência aos conselheiros os congressos que o IMPAR tem interesse na participação, a quantidade de pessoas que o Instituto vai mandar, para que os conselheiros que tivesse pertinência com área pudessem manifestar interesse em participar; reforçou a

necessidade de pertinência entre a participação da pessoas no cargo que ocupa e a finalidade do congresso; solicita que o Instituto divulgue entre os conselheiros a programação dos congressos e as vagas disponíveis, para que os conselheiros manifestem interesse e se programem, mas principalmente que tenha relação entre o evento de participação e o cargo que ocupa dentro do Instituto. Por fim, a Sra. Monike relata que não esteve presente na reunião do mês de julho, mas relata que na ata da reunião está escrito no final: "Última pauta: Fica registrado em ata que os membros do conselho deliberativo foram convidados a participar de um congresso que será realizado em Foz do Iguaçu, foram convidados todos, mas alguns justificaram que não poderão ir ficando assim para uma próxima oportunidade"; ela ressalta que está escrita que "todos os conselheiros foram convidados", mas que ela era conselheira e não foi convidada, e ainda diz "mas alguns justificaram que não poderão ir ficando assim para uma próxima oportunidade"; pede que fique registrado também que ocorreram outros dois congressos e ela não foi convidada, relatando existir duas inconsistências neste registro de ata, que é errado; disse que teve duas outras oportunidade e não foi convidada; disse que ela tinha interesse em ir no congresso que era voltado para conselheiros, diz que falam as coisas (Dirigentes) e não fazem. O Fabiano diz que por isso reforça que nos próximos anos seja feita a divulgação com antecedência, com o local, quantos o instituto vai disponibilizar para isso e quem serão as pessoas escolhidas. Monike esclarece que em geral no encerramento do congresso já informam onde será o próximo, tendo tempo suficiente para programar, criar uma padronização de requisitos para poder participar, senão participam pessoas que "não tem nada haver", tirando a oportunidade daquelas que precisariam estar lá. **Portanto, fica decidido e aprovado: 1- Atualização do parecer de realocações; 2- Aplicação em NTN-B 2026 em 60 milhões com taxa acima de: IPCA + 6%; 3- A aplicação em títulos públicos deve ser na marcação a curva; 4- todos aprovaram por unanimidade a cotação com maior nº de instituições possíveis.** Nada mais havendo a tratar, será assinada pelos presentes:

Carlos Murad _____

Osanan Moura dos Santos _____

João Pedro Miranda dos Reis_____

Monike da Silva Oliveira_____

Maria Aparecida da S. P. Pinho Maria Aparecida da S. Pereira Pinho

Gilson Cutrim Ferreira_____

Manoel Fabiano de O. Ricarte_____

Keslon Borges Rocha_____